

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS

É com enorme satisfação que apresentamos este documento, elaborado com muito cuidado pelos nossos profissionais, objetivando deixar clara e acessível toda a nossa preocupação no que se refere ao tratamento dos seus dados pessoais com segurança, privacidade e transparência.

A nossa Política de Privacidade (“Política”) descreve os dados pessoais que coletamos, a finalidade da coleta, a forma como são utilizados, armazenados e compartilhados, além de dedicar espaço aos direitos pessoais de cada usuário titular.

Assim, é importante que você leia atentamente este documento e, em caso de dúvidas, não hesite em nos contatar nos canais de atendimento trazidos ao final.

1. QUEM SOMOS

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, é uma associação sem fins lucrativos que promove as melhores práticas razoáveis em recursos humanos e gestão de pessoas em todo o país. Somos inscritos no CNPJ sob o nº 43.456.425/0001-12, com estabelecimento na Rua Gen. Jardim, 770, 7º andar, Cj. 7D – Higienópolis, SP, 01223-010, e iremos tratar os dados pessoais que você nos forneça.

Por fim, ressaltamos que essa Política poderá ser atualizada, a qualquer tempo, e que, quando da sua ocorrência, tal atualização será devidamente informada.

POLÍTICA DOS TITULARES DE DADOS

Para total entendimento desta Política, serão utilizados termos padronizados que devem ser lidos e compreendidos de acordo com a definição contida no presente glossário.

TERMO	DEFINIÇÕES
Lei Geral de Proteção de Dados /LGPD	Lei nº 13.709/2018;
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Humanos
Dado Pessoal	Qualquer informação relacionada a pessoa natural, direta ou indiretamente, identificada ou identificável. Como exemplos: seu nome, CPF, e-mail etc;
Dado Pessoal Sensível	Categoria especial de dados pessoais referentes à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos relativos à pessoa natural;
Titular	Pessoa natural a quem se refere os dados pessoais, tais como antigos, presentes ou potenciais clientes, alunos, colaboradores, contratados, parceiros comerciais e terceiros;
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento (incluindo provedores internacionais) eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
Anonimização	Processo por meio do qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerados os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento; ou seja, não é possível identificar a quem pertence o dado em específico, ou o conjunto deles;
Encarregado ou DPO (Data Protection Officer)	Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
Endereço de Protocolo de Internet (EndereçoIP)	O código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros

	Internacionais;
Controlador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
Operador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
Internet	O sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;
Login	É a identificação pessoal dada ao usuário utilizada para autenticá-lo em um determinado sistema ou serviço;
Senha	Conjunto de caracteres que podem ser constituídos por Letras, números ou caracteres especiais, com a finalidade de verificar a identidade do usuário para acesso ao site ou aplicativo.
Site ou Aplicativos	Meio disponibilizado pela ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos por meio do qual o usuário acessa as informações de seu cadastro e serviços disponibilizados pelo mesmo.

2. Como Utilizamos os Dados

Pautados pelo princípio da transparência, é de suma importância na nossa relação informarmos para você como utilizamos os dados, ou seja, dar uma atenção específica à finalidade de toda a coleta.

É importante destacar que, além disso, a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** trata dados pessoais com base em seu interesse legítimo, sempre no limite do quanto é esperado pelo Titular, e nunca em prejuízo aos seus interesses, direitos e liberdades fundamentais.

3. Com Quem Compartilhamos os Dados

O compartilhamento ocorrerá de acordo com as finalidades almeçadas para a realização das necessidades e interesses da **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, sendo possível inclusive o compartilhamento internacional em caso de utilização de provedores estrangeiros, conforme a conveniência da **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**.

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** esclarece ainda que poderá, sempre que necessário e para cumprir as finalidades previstas das suas atividades, realizar o armazenamento de dados pessoais em servidores ou provedores em nuvem que podem estar sediados em outros países.

4. Como Mantemos os Dados Seguros?

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** utiliza os meios razoáveis de mercado e legalmente requeridos para preservar a privacidade dos dados pessoais que coleta. Dessa forma, adota diversas precauções em observância às diretrizes sobre padrões de segurança, tais como:

- a) Utilização das boas e razoáveis práticas de mercado para criptografar e anonimizar, quando possível, os dados coletados;
- b) Proteção contra acesso não autorizado a seus sistemas;
- c) Autorização limitada de acesso aos dados pessoais somente a pessoas devidamente qualificadas e com a finalidade específica;
- d) Registro com indicação do momento, duração, identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso a dados pessoais, e o arquivo do objeto, com base nos registros de conexão e de acesso a aplicações.

Além dos esforços técnicos, a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** também adota medidas institucionais visando à proteção de dados pessoais, mantendo uma estrutura e um programa de governança em privacidade aplicado às suas atividades, constantemente atualizados.

Porém, ressalta-se que, apesar da impossibilidade de controle integral da segurança dos dados, endossamos o compromisso em adotar as boas e razoáveis práticas de segurança para que problemas diversos nesse

sentido sejam devidamente repelidos. De igual forma, caso ocorram situações que escapem ao nosso controle, manteremos os Titulares informados no menor tempo possível, atuando de imediato para a contenção de eventuais crises.

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Esta Política refere-se aos direitos dos titulares de dados (segundo a definição trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados), bem como, aos procedimentos cabíveis à **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, visando o respeito a tais direitos, e o atendimento às disposições da LGPD, permitindo que o titular de dados exerça todas as faculdades previstas em lei, impactando de forma segura a todas as partes envolvidas. Da mesma maneira, as previsões contidas na presente Política, se devidamente seguidas, permitem a segurança jurídica inerente a eventuais questionamentos advindos da ANPD ou eventualmente formulados em face da **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, através de procedimentos judiciais, extrajudiciais ou administrativos.

1. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

A LGPD traz em seu bojo diversos direitos dos titulares de dados, que devem ser respeitados por todos aqueles que realizarem o tratamento de dados, seja na qualidade de controlador ou na qualidade de operador, adequando as devidas responsabilidades, conforme o caso.

De todo modo, a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, associação privada devidamente constituída e seguindo detidamente o disposto nas legislações do ordenamento jurídico brasileiro, garantirá o exercício dos direitos dos titulares de dados, em sua plenitude, nos termos desta Política.

O tratamento de dados pessoais será realizado sempre de acordo com as diretrizes da LGPD, respeitando as bases legais definidas na referida legislação, bem como, obtendo e colhendo o menor número de dados pessoais possíveis, ou seja, minimizando a quantidade de dados pessoais a serem tratados, em consonância com o princípio da minimização de dados.

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** tomará todas as medidas tecnológicas e procedimentais para garantir que os titulares de dados possam exercer plenamente seus direitos,

comprometendo-se a empregar padrões de segurança, que deverão ser reforçados sempre que os dados em questão sejam dados pessoais sensíveis ou caso os titulares sejam criança ou adolescentes.

São direitos dos titulares dados, entre outros:

- Direito de revogação do consentimento.
- Direito de confirmação de existência do tratamento;
- Direito de acesso aos dados;
- Direito de correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- Direito de portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Direito de eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;
- Direito de informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Direito de informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências danegativas;

Tais direitos poderão ser exercidos no limite da lei, ou seja, caso o tratamento de dados vá contra a manifestação de vontade do titular de dados, mas esteja amparado pela LGPD, em especial nos artigos que tratam sob as hipóteses de tratamento de dados (Artigo 7º - Dados Pessoais e Artigo 11 – Dados Pessoais Sensíveis), o tratamento de dados poderá ser mantido, respeitando-se estritamente os fins permitidos em lei e mantendo-se as medidas de segurança físicas ou eletrônicas aplicadas em relação ao armazenamento adequado de dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

Para o exercício dos referidos direitos, o titular de dados deverá entrar em contato com a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, através de contato direto com o Encarregado (DPO).

O exercício dos referidos direitos poderá ser efetuado exclusivamente pelos respectivos titulares de dados, bem como, por seus representantes legais ou responsáveis no caso de dados pertencentes a crianças ou adolescentes, sendo que, neste caso, deverá ser enviada documentação que comprove os poderes, sob pena

de negativa de atendimento, evitando qualquer risco ao sigilo que é primordial no tratamento de dados pessoais. É vedado o exercício de tais direitos por terceiros que não comprovem possuírem os devidos poderes de representação.

2. PROCEDIMENTOS PARA RELACIONAMENTO COM TITULARES DE DADOS

De acordo com o disposto na LGPD, a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** irá disponibilizar canal de atendimento direto ao titular de dados, através do seguinte endereço de e-mail: dpo@abrhbrasil.org.br

Havendo interesse no exercício de qualquer dos direitos previstos nesta Política, o titular de dados deverá entrar em contato com a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, mais precisamente com o Encarregado (DPO).

Nesse sentido, a comunicação acerca da tratativa de dados pessoais, bem como qualquer outro assunto referente ao cumprimento das legislações da LGPD será efetuado pelo Encarregado (DPO), que será o responsável, por si ou por sua equipe, a prestar o devido atendimento aos titulares de dados, sempre que houver demanda acerca dos direitos elencados nesta Política.

Quando houver demanda do titular de dados ao Encarregado (DPO), a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** seguirá os procedimentos listados abaixo, conforme a demanda a ser analisada, se comprometendo a averiguar todas as informações com zelo e presteza, ainda que seja para o envio de resposta negativa ao titular de dados demandante:

- A demanda que for trazida para a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, na pessoa do Encarregado (DPO) ou de sua equipe, de modo verbal, deverá ser registrada em sistema, bem como, através de e-mail, confirmando a realização do atendimento. Tal medida será tomada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da demanda;
- A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** irá fornecer resposta preliminar a demanda do titular de dados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da demanda escrita ou após a formalização da demanda recebida de maneira verbal;

- Caso haja novos desdobramentos ou novos questionamentos do titular de dados acerca da mesma demanda, aplicam-se os prazos do item anterior;
- Havendo qualquer providência adicional a ser tomada por parte da **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, além da prestação de esclarecimentos ao titular de dados, tal providência será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da resposta preliminar fornecida ao titular de dados.
- Ao registrar qualquer demanda perante o Encarregado (DPO), o titular de dados está ciente de que deverá fornecer dados pessoais que permitam sua identificação a fim de possibilitar o atendimento pela **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**. Neste sentido, há o pleno consentimento para o tratamento dos dados pessoais para os fins de tratamento de dados e exercício dos direitos do titular.
- Os registros dos atendimentos dos titulares de dados serão arquivados, respeitando-se os ditames da LGPD e as rígidas normas de segurança da **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, a fim de se resguardar sobre qualquer demanda ou questionamento advindo da ANPD ou oriunda de processo judicial, extrajudicial ou administrativo. Referido prazo é definido com base na disposição do artigo 205 da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Política destina-se a estabelecer procedimentos para que o titular de dados possa exercer plenamente os seus direitos previstos na LGPD.

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** compromete-se a seguir os preceitos da LGPD visando ao respeito a todas as normas, independentemente de haver demanda específica do titular de dados, e, na hipótese em que este se comunique com a **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos**, haverá equipe capacitada a fim de prestar o devido atendimento e garantir que não haja qualquer violação a normas ou preceitos contidos na legislação, garantindo o pleno exercício de todos os direitos dos titulares de dados pessoais, sendo tal compromisso firmado perante toda sociedade através desta Política.

4. ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA

A **ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos** reserva-se o direito de alterar ou atualizar esta Política.